

Laís Barros Martins

Por uma comunicação descentralizada

CELACC/ECA-USP
2013

Laís Barros Martins

Por uma comunicação descentralizada

Trabalho de conclusão do curso de especialização (*latu sensu*) em Mídia, Informação e Cultura produzido sob orientação do Prof. Dr. Silas Nogueira

CELACC/ECA-USP
2013

Não perderemos nada com o desmoronamento dos alicerces, exceto nossas correntes

Ao CELACC, por ter trazido para perto as discussões centrais sobre o nosso país e o nosso continente latino-americano, dando a noção de pertencimento coletivo – em termos de raízes e rumos

Sumário

Introdução.....	6
Conexões ⁿ	9
Comunicação: em andamento.....	13
Novo sujeito, novo mundo.....	19
Considerações finais.....	24
Referências bibliográficas.....	26
Anexos.....	28

Por uma comunicação descentralizada

Laís Barros Martins¹

RESUMO: Queremos explorar em pesquisa o desenho crítico/criativo da rede, aceitando que seja um emaranhado de nós potenciais, com várias possibilidades de trânsito e uso. A partir de bases descentralizadoras e contando com a atuação das novas tecnologias e suas estratégias, estaria viabilizada a construção de um espaço de debate e geração de conteúdo colaborativo, já que a convivência entre ideias é favorecida. Também discutiremos a transformação do campo comunicacional e como a alteração de sua lógica desencadeia a formação de um traço cultural contemporâneo marcante com novos seres sociais interligados em rede.

Palavras-chaves: comunicação; internet; espaço público; sociedade pós-moderna; cultura contemporânea

ABSTRACT: We wish to explore in research the critic/creative web design, accepting that it is an entanglement of nodes in potential, with many possibilities of transit and use. Counting on both non-centralized basis and the action and strategies that the new technologies provide, it would be possible the construction of a space for debate and the creation of collaborative content, once the sharing of ideas is favourable. We also intend to discuss the transformation of the communication field and how its altered logic triggers the formation of an outstanding contemporary cultural feature with new social beings networked.

Keywords: communication; internet; public space; post-modern society; contemporary culture

RESUMEN: Queremos explorar en pesquisa el diseño crítico/creativo de la red, aceptando que sea una maraña de nudos potenciales, con muchas posibilidades de tránsito y uso. Desde bases descentralizadoras y contando con la actuación de las nuevas tecnologías y sus estrategias, la construcción de un espacio de debate y generación de contenido en colaboración estaría viable, ya que compartir ideas es favorable. También vamos a discutir la transformación del campo de la comunicación y la alteración de su lógica con nuevos seres sociales ligados en red.

Palabras clave: comunicación; internet; espacio público; sociedad posmoderna; cultura contemporánea

¹ Laís Barros Martins é jornalista formada pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, onde atuou em pesquisa nos campos da semiótica francesa e do jornalismo literário, com foco na crônica jornalística. Busca aprovação para o título de especialista em Mídia, Informação e Cultura pelo CELACC da Universidade de São Paulo – USP com o presente trabalho produzido sob orientação do professor doutor Silas Nogueira. Contato: lais_bmartins@hotmail.com

Introdução

Pensar a comunicação e a cultura produtos de uma sociedade interligada em rede, alterada pelas transformações inauguradas com a introdução das novas tecnologias e sob as influências de uma recente configuração global, é a proposta primeira deste artigo. Fonte do heterogêneo, a Internet implicaria em modelos que afetariam o fluxo de informações, bem como alterariam as relações dos sujeitos entre si e dos sujeitos com o meio.

Disposto a rever, e aprofundar, as discussões acerca dos usos da Internet e seus efeitos em um novo quadro sociocultural, o objetivo principal parte da leitura da rede como um campo aberto, múltiplo e descentralizado, que aceita e comporta as diversidades em todas as suas formas, sistema que vai inspirar a crítica aos determinismos baseados em relações hierarquizadas e dicotomias fixas enraizadas culturalmente através das gerações, como as valorativas bem x mal ou as partidárias esquerda x direita.

Em seguida, buscou-se estender a ideia de “liberdade” e “desorganização” também à comunicação com a possibilidade de um campo de geração de conteúdo cimentado em uma estrutura horizontal, que se beneficia do agregado de ideias e saberes. Com isso, quer se apontar possíveis direções para a construção de um espaço de debate público, plural e alimentado de forma não apenas colaborativa, mas sobretudo crítica.

O presente artigo também espera assinalar traços de uma cultura sistematizada em bases complexas de globalização e fragmentação simultâneas, um aparelho de conexões elevadas à enésima potência, que aparentemente aproxima a todos e a tudo, além de observar os incipientes índices deste contexto majoritariamente online, ainda aberto, não acabado, constantemente modificado por novos sujeitos sociais, preocupados em manter a heterogeneidade ao mesmo tempo em que primam pela singularidade.

Por extensão, há ainda o cuidado em contribuir com a comunidade científica e a sociedade em geral, fornecendo argumentos pontuais sobre a Internet, que permeia nossas relações cotidianas e cresce como meio de acesso à informação, além de esboçar um desenho geral do panorama introduzido com as redes tecnológicas da comunicação e entender como se movimentam os seres ativos e pensantes neste novo contexto, sugerindo possíveis leituras de rumos, aplicações e compreensões dos entrosamentos característicos da rede e, quem sabe, pautar defesas para uma sociedade mais igualitária e independente, senão livre, dos ditames do mercado.

Para tanto, o levantamento seguido da revisão de uma bibliografia relativamente recente buscou propor relações críticas, ora filosóficas, entre as teorias a fim de estabelecer a argumentação sobre as potencialidades da rede, as novidades no campo comunicacional e as características ainda em curso da nova configuração cultural.

Entre os teóricos selecionados para apoiar esta pesquisa, estão contemplados os conceitos-chave de acordo com a distribuição em três capítulos explicados em detalhes a seguir:

A rede, espaço central da discussão proposta, aparece logo no primeiro capítulo, ‘Conexões’, com as vinculações e aplicações de conceitos levantados por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995) ao tema, como a apresentação da dialética do devir, que sugere a coexistência da diversidade e da multiplicidade; o corpo sem órgãos, que exclui as organizações pré-determinadas; e os rizomas, que significam emaranhados de nós, sem inícios e fins definidos, um sistema repleto de potencialidades e intensidades. Assim, quis se mostrar a necessidade de ultrapassar a reflexão baseada em termos opositivos e excludentes e pedir novas combinações pautadas nas multiplicidades e nos hibridismos.

Em segundo lugar, no capítulo ‘Comunicação: em andamento’, foi introduzida a discussão da comunicação com a intenção de fornecer um contexto contemporâneo e possível para as alternativas de compreensão da rede colaborativa como espaço crítico/criativo de produção/recepção de conteúdo. Para tanto, foi dado o contraponto entre uma postura mais mercadológica, defensora de usuários capazes de alterar o sistema por meio de participação ativa e as correntes do pensamento que acreditam na manutenção e reprodução das antigas estruturas de poder, sem grandes inovações, mas que destacam os conflitos e políticas públicas como meios de se alcançar uma estrutura social menos divergente.

Henry Jenkins (2009) empresta à leitura da nova realidade global a compreensão comparativa do papel de um mero consumidor ao de um usuário que, ao colaborar com a produção da mensagem, alteraria o sistema, com a possibilidade eminente de tomar para si uma parcela do poder, e da responsabilidade. A proposta de Pierre Lévy (1998) vem para exemplificar a tomada do espaço público para a construção de uma democracia de fato, com sugestões para o debate permanente. Manuel Castells (1999) ajuda a ir além do aspecto político e amplia a discussão para o campo da comunicação, mediado pelas novas tecnologias e renovado pelas competências e habilidades na formação da opinião pública.

Ainda neste tópico, Octavio Ianni (2003) sugere caminhos para a democratização da mídia mediante lutas organizadas em prol das transformações sociais e da quebra das hegemonias, além de criticar a mídia como fornecedora de mercadorias e teorias prontas e

Dênis de Moraes (2006) defende a diversidade entre os povos e a atuação sistêmica de políticas públicas. Néstor Garcia Canclini (2008) questiona a intervenção efetiva dos cidadãos no processo comunicacional e Muniz Sodré (2002) lembra o entrosamento das transformações tecnológicas da informação com as estruturas do poder hierarquizante.

O terceiro momento deste trabalho está em ‘Novo sujeito, novo mundo’ e vem para amarrar as discussões anteriores sob um prisma cultural, na tentativa de entender como se projetam as relações de novos sujeitos sociais que constantemente modificam o cenário virtual por meio do fenômeno da midiaticização, além de contribuir para uma reflexão sobre o papel político-social do indivíduo dentro e fora das redes tecnológicas.

Daí a necessidade de refletir a noção de cultura contemporânea e seu potencial transformador a partir das ideias de Terry Eagleton (2005) e recuperar autores já apresentados no capítulo anterior, como Muniz Sodré (2006), que complementará o quadro discutindo o surgimento de novos sujeitos influenciados pelos fenômenos midiáticos e reunidos em grupos por interesses afins. O autor é auxiliado por Douglas Kellner (2006) que aponta a contribuição da mídia no desenvolvimento das identidades e no modelamento de comportamentos e Armand Mattelart (2006), que, por sua vez, ressalta a urgência em se criar movimentos de resistência à nova hegemonia cultural promovida por países que detêm a produção e transmissão do “conhecimento” em um mundo globalizado e alheio à preservação da diversidade cultural.

Um parêntese parece necessário para deixar claro que, embora os autores apareçam em um mesmo conjunto teórico, são guardadas as devidas diferenças e peculiaridades do pensamento de cada um. Afinal, acredita-se, até a última instância, na reunião e convivência da diversidade e não há a pretensão de defender ideologicamente quaisquer posturas aqui expostas.

Os anexos contêm complementos para o que foi patente ao longo deste trabalho – a) uma entrevista concedida por Pierre Lévy ao Estadão, b) uma matéria escrita por Eliane Brum à Época e c) a opinião de Manuel Castells em entrevista à IstoÉ Independente. Em a), Pierre Lévy fala sobre a legitimidade das manifestações online como expressão da vontade dos cidadãos e sobre a necessidade de educação e alfabetização digital para garantir melhorias ao debate na Internet; em b), Eliane Brum destaca o percurso do jovem Aaron Swartz que trouxe inovações à rede através da criação de ferramentas, programas e organizações que auxiliariam a luta pelo acesso livre ao conhecimento, pela fiscalização do poder e pelos avanços nas políticas públicas; em c), o sociólogo Manuell Castells dá seu parecer sobre os movimentos nascidos na Internet, especialmente os brasileiros protestos pela redução das tarifas de ônibus.

Conexõesⁿ

A rede é tomada como ponto central de discussão por ser um dos exemplos que mais se aproxima da proposta de verificar como se organiza um sistema aparentemente livre, que aceita contribuições e segue em permanente construção. Em uma sociedade regida por visões ocidentais, maniqueístas e enraizadas em dicotomias divididas em bem x mal, real x virtual etc., chama a atenção o surgimento de uma mídia descentralizada, sobre a qual se debruçam vários autores, alguns citados, que aventam a possibilidade de que hierarquias seguem sendo desfeitas à medida que cada usuário toma para si o poder de participar e alterar as regras do jogo, embora se reconheça o poder sólido das classes dominantes mesmo na fluidez das redes.

Quando se pensa a comunicação contemporânea e a convergência das mídias que lhe é característica, há a percepção de como o cenário virtual alterou e segue modificando as relações e criando novos sujeitos, produtos de uma nova configuração da sociedade, já que “a afetação radical da experiência pela tecnologia faz-nos viver plenamente além da era em que prevalecia o pensamento conceitual, dedutivo e sequencial” (SODRÉ, 2006: p. 12).

Contrário, portanto, a uma visão limitadora definida por dicotomias, o capítulo pretende abordar as questões emergentes desse novo sistema sob o prisma das concepções defendidas por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995) que, aplicadas ao estudo da rede como um campo aberto e múltiplo, sugerem a coexistência, não apenas pontos em oposição. A rede seria similar a uma configuração de emaranhados de nós potenciais, sem inícios e fins determinados, com várias possibilidades de trânsito e, por conseguinte, várias possibilidades de uso da Internet, de suas tecnologias e ferramentas.

Há, contudo, a ressalva de que uma visão que vá além da dualidade dos fenômenos sociais não implica em desconsiderar os conflitos que possam existir. Mesmo Deleuze e Guattari (1995), pensadores que apoiarão este capítulo, apontam os ditames do poder e contrapõem real, virtual e atual. O que supera a visão dicotômica é a concepção da filosofia dialética, sem a qual caímos em falsas dicotomias travestidas de harmonia.

Da parceria entre os autores supracitados surge o conceito do Corpo sem Órgãos, decorrente da transformação do "eu social", que serve para denominar uma potencialidade virtual de todas as coisas para além do real hierarquizado e sistematizado artificialmente.

Antes de mais nada, para a dupla de filósofos, a Terra é um grande Corpo sem Órgãos, caótica, desordenada, calcada na multiplicidade. No entanto, essas características foram suprimidas em favor de um sistema social implantado para reproduzir a ordem e a unidade.

“O Corpo sem Órgãos não é um corpo morto, mas um corpo vivo, e tão vivo e tão fervilhante que ele expulsou o organismo e sua organização” (DELEUZE, 1995: p. 43).

Portanto, o Corpo sem Órgãos é uma estrutura onde as intensidades e experiências deixam de ser organizadas, hierarquizadas e representadas para serem somente experimentadas e produzidas - é um campo de concretização do desejo.

No corpo sem órgãos nada é representativo, tudo é vida e é vivido. Há uma experiência esquizofrênica das quantidades intensivas em estado puro, até um ponto quase insuportável, estados de intensidade pura e crua despidos de sua figura e forma (SILVA, 2005: p. 118).

Levando em conta que “este mundo do imprevisível parece-nos preferível a nos alojar num sistema ordenado de fixação e explicação do real, num 'ismo' qualquer, numa teoria” (SALIBA, 1992: p. 30), Deleuze e Guattari (1995) propõem uma série de conceitos que contestam a estrutura do pensamento ocidental praticado até então, um modelo interiorizado e devidamente perpetuado de geração a geração. Parte-se da dinâmica do esquizofrênico, que, segundo eles, vive à margem da sociedade, para pensar o fora, uma alternativa ao modo de vida já cristalizado na sociedade que oprime o indivíduo.

Para aplicar à rede, adotou-se especificamente o conceito proposto por eles de uma (des)organização: o rizoma. Rizoma é uma palavra emprestada da botânica, ela denomina a extensão do caule que une sucessivos brotos em alguns vegetais como, por exemplo, a grama e permite que eles se alastrem.

Ser rizomorfo é produzir hastes e filamentos que parecem raízes, ou, melhor ainda, que se conectam com elas penetrando no tronco, podendo fazê-las servir a novos e estranhos usos (DELEUZE e GUATTARI, 1995: p. 25).

Esse tipo de organização seria uma alternativa ao que os autores identificam como predominante no modo de vida ocidental: o modelo estrutural arborescente ou radicial, que se vale de dicotomias e/ou subdivisões a partir de um eixo central. Nesses modelos há uma forte unidade central que até pode levar ao múltiplo, mas não à multiplicidade que seria um estado mais livre e descentralizado.

São exemplos de estruturas arborescentes para os autores a linguística e a psicanálise, que normatizam, hierarquizam e estruturam diferentes estímulos. A linguística, por exemplo,

institui a dicotomia entre significante/significado, gerando palavras de ordem; a psicanálise centraliza a questão do inconsciente no falo e no núcleo familiar.

O rizoma, ao contrário, trata somente de fazer conexões entre elementos díspares, ligando-os em uma estrutura onde não há pontos, somente linhas, conexões; onde os elementos são intercambiáveis, interconectáveis e heterogêneos. Dessa forma alcança-se um sistema de subtração do único na multiplicidade a ser constituída.

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser (DELEUZE e GUATTARI, 1995: p. 37).

Neste cenário, é importante sublinhar a diferença entre múltiplo e multiplicidade: seguindo a conceituação deleuziana, o múltiplo seria apenas uma extensão do uno; a multiplicidade é que expressaria a profusão das diferenças. A crítica recai sobre a tentativa de centralizar e reduzir as multiplicidades, um estigma do modelo do pensamento corrente.

Além disso, os autores defendem o direito de haver também estruturas sociais menos hierarquizadas, que são comparadas a uma matilha de lobos ou a um bando. Nesta estrutura proposta, cada membro está ao mesmo tempo só, pois não está sujeito a uma hierarquia cristalizada, e acompanhado, na medida em que suas ações interferem nos e colaboram com os agenciamentos coletivos.

É a posição esquizo de estar na periferia e, ao mesmo tempo, inevitavelmente ligado a tudo em um sentido mais amplo do que as relações familiares e/ou pessoais. É importante ressaltar que para Deleuze e Guattari (1995) esses dois modelos não são vistos como dicotomias, e sim como passíveis de convivência em uma estrutura rizomática que comportaria também pontos de arborescência já que ela primária pela multiplicidade.

Com tais apontamentos, mostrou-se que não cabe à Internet e às suas funções um enquadramento no modelo baseado em dicotomias – ela é ampla e plural, aberta e inacabada; nela convivem as multiplicidades e as conexões de elementos díspares. A própria definição de rede defendida por Muniz Sodré (2002) casa com a ideia da inauguração de um espaço não-linear, já que, para ele, rede é “onde as conexões e intersecções tomam o lugar do que seria antes pura linearidade” (SODRÉ, 2002: p. 14).

Sendo assim, não há porque seguir na tentativa de convencionar tudo em termos opositivos, digno da herança do pensamento ocidental. Se a rede engloba as multiplicidades

em seu sistema rizomático, pode-se inferir que o que se produz a partir dela, ou com o seu auxílio, também pode reproduzir tais características até o resultado final e se enriquecer das combinações possíveis.

É preciso, portanto, repensar o campo comunicacional, especialmente aquele abrigado em redes, já que o modelo ocidental difundido parece não dar conta da nova cultura digital que se instala e permeia as relações humanas a partir da convergência, instaurando um circuito de informação transversal, com maior possibilidade de confronto de ideias e novas noções de identificação entre os membros. Além disso, é importante explorar em discussão as potencialidades da rede e seus hibridismos, afinal, somos parte desta nova cultura participativa e estamos sujeitos às suas influências.

Comunicação: em andamento

Aceitando, pois, que a rede seja um emaranhado de nós potenciais e aberta às multiplicidades, e entendendo que a comunicação não sai ilesa deste processo, o próximo passo será questionar o movimento transitório da convergência das mídias emergentes contrário a uma mídia centralizada, de um para muitos. As novas tecnologias propiciam a interação de ferramentas e plataformas, potencializando as formas de produção e recepção do conteúdo, bem como a convivência da diversidade.

As formas contemporâneas de composição da informação são alteradas ao trazer a possibilidade de participação do usuário, que ao colaborar passa a se inscrever efetivamente no sistema, e interagindo, vai ressignificando-o – os discursos não seriam mais hegemônicos quando diferentes grupos expõem suas vozes, flexibilizando, desestruturando o sistema previamente estabelecido.

No entanto, esta atuação ainda é insuficiente e não significa a quebra dos oligopólios, já que o controle continua sendo exercido por grandes organizações da comunicação e da cultura. As regras vigentes são as das indústrias capitalistas, apenas “brincamos” de participar enquanto o poder segue intacto ou, no máximo, sofre abalos homeopáticos.

É esta hegemonia que pretendemos demonstrar mesmo considerando as “inovações” inauguradas com a rede, partindo de autores que consideram a intervenção dos usuários capaz de alterar o sistema, como Henry Jenkins (2009), Pierre Lévy (1998) e Manuel Castells (1999), e a confrontação de que o resultado de toda mudança ainda vem embebida dos ditames do mercado, cujos interesses predominam nitidamente ou escamoteados, como defendem Octavio Ianni (2003), Dênis de Moraes (2006), Néstor Garcia Canclini (2008) e Muniz Sodré (2002). Embora apresentadas sem a justa observação do contexto original e guardadas suas peculiaridades, aproximamos as ideias trabalhadas por cada autor a fim de criar um quadro pretensamente uno de exposição e contraste de considerações sobre a comunicação.

Além de reconhecer que já não há mais uma barreira precisa que separa as funções do produtor e do consumidor, uma vez que os papéis não são mais claramente distinguíveis, eles se intercambiam e trazem novas alternativas ao processo comunicacional a partir da valorização de uma mídia horizontal, somando pontos de vistas e saberes próximos e/ou complementares de um fluxo de ideias ou criando a diversidade, Jenkins (2009) assume não saber muito bem como transitar nessa nova realidade de fronteiras imprecisas:

Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo (JENKINS, 2009: p. 30).

O autor fala ainda de uma “cultura participativa” que acontece justamente quando “associamos nossos recursos e unimos nossas habilidades”, configurando um ainda incalculado “poder coletivo”, por ora usado majoritariamente, segundo ele, para fins recreativos, mas que deve ser vetorizado para propósitos mais “sérios”.

Observa-se, como exemplos, a rápida aceitação dos usuários por redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram, para citar as mais populares, o sucesso desproporcional que vídeos virais podem angariar em questões de horas e a quantidade incrível de pessoas que se reúne online para disputar jogos virtuais.

Mas isso ainda não é o bastante. O aumento das ferramentas e de dispositivos móveis pede novas formas de pensar – não basta curtir, comentar e compartilhar, mas que o usuário seja capaz de ultrapassar esta “conectividade indistinta” e alcance um pensamento crítico e uma interação construtiva, seguindo em direção à democratização da mídia.

Pierre Lévy (1998) aponta para o fato de que o usuário desconhece o potencial que a rede e estas novas estruturas sociais proporcionam enquanto espaço para o debate e para a construção coletiva do saber e do poder:

As inovações técnicas abrem novos campos de possibilidades que os atores sociais negligenciam ou apreendem sem qualquer predeterminação mecânica. [...] O ciberespaço poderá se tornar um meio de exploração dos problemas, de discussão pluralista, de evidência de processos complexos, de tomada de decisão coletiva e de avaliação dos resultados o mais próximo possível das comunidades envolvidas (LÉVY, 1998: p. 60-61).

Apesar de mais política do que atenta às condições comerciais do jornalismo, a proposta do autor destaca a rede como um meio público disponível para que os usuários interajam e determinem o rumo de importantes decisões na sociedade em que estão inseridos. No entanto, há a ressalva relacionada ao fato de que o autor ignora os conflitos sociais e as condições de formação do indivíduo, visto como autônomo e independente.

Sua proposta é que a Internet seja um espaço de fins políticos, para que a democracia seja exercida de fato, uma “ágora virtual”, onde cada internauta deve participar com sugestões para o debate público permanente – a partir de uma comunicação participativa, plural, possibilitada pelas ferramentas virtuais e as novas tecnologias, teríamos as condições para

enfrentar a mídia hegemônica e o governo hierarquizante, ao implementar uma nova forma de entender e de fazer política:

O uso socialmente mais rico da informática comunicacional consiste, sem dúvida, em fornecer aos grupos humanos os meios de reunir forças mentais para constituir coletivos inteligentes e dar vida a uma democracia em tempo real (LÉVY, 1998: p. 62).

Adotando a “inteligência coletiva” como recurso, passaríamos de uma situação “molar” a um sistema “molecular”, integrado, onde todos participariam efetivamente das decisões políticas, colaborando com ideias e soluções. Participaríamos da vida pública “criando diversidade, animando o pensamento coletivo, contribuindo para a elaboração e a resolução dos problemas comuns” (LÉVY, 1998: p. 65).

A ideia se assemelha à consideração de Jenkins (2009) sobre a propriedade intelectual, que vai acumulando

valor à medida que transita por diferentes contextos, é recontado de diversas maneiras, atrai múltiplas audiências e se abre para a proliferação de significados alternativos. [...] expandir os potenciais para a participação representa a maior oportunidade para a diversidade cultural (JENKINS, 2009: p. 340-341).

Ainda na mesma linha, Castells (1999) afirma enfaticamente em relação às mudanças que afetam a cultura a partir da diversidade e criticidade das mensagens compartilhadas na rede:

O surgimento de um novo sistema eletrônico de comunicação caracterizado pelo seu alcance global, integração de todos os meios de comunicação e interatividade potencial está mudando e mudará para sempre nossa cultura. [...] Mas a capacidade da rede das redes (a Rede) é tal que uma parte considerável das comunicações que acontecem na rede é, em geral, espontânea não-organizada e diversificada em finalidade e adesão. [...] quanto maior a diversidade de mensagens e de participantes, mais alta será a massa crítica da rede e mais alto o valor (CASTELLS, 1999: p. 414-439).

O site *softwarepublico.gov.br* é um exemplo de como isso vem sendo aplicado na prática por empreendimento de órgão público, como a página inicial logo explica: "Esse processo de construção vai se tornando um exemplo do uso voluntário da inteligência e

conhecimento coletivos dos brasileiros espalhados por toda a Internet. A iniciativa demonstra que esse tipo de participação pode fortalecer a atuação do Governo, além de gerar eficiência, ao permitir que milhares de pessoas criem coletivamente produtos que vão gerar benefícios para todos os usuários".

Apesar das evoluções neste sentido, Lévy (1998) considera que “a única via para a democracia passa por um longo aprendizado coletivo do direito, da autonomia, da reciprocidade e da responsabilidade” (LÉVY, 1998, p. 80). Ou seja, o autor pondera que para estabelecer esse ideal de convívio entre as pessoas em sociedade dentro da rede, a cultura tem a tarefa imprescindível de criar as bases para a implantação de um esquema todos/todos.

O teórico é acompanhado por Jenkins (2009), que, guardadas as proporções, também relega à cultura uma parte importante, quando coloca que as ferramentas e o acesso para uma comunicação horizontal, coletiva, estão aí, disponíveis, mas que a discussão deveria ser outra:

Enquanto o foco permanecer no acesso, a reforma permanecerá concentrada nas tecnologias; assim que começarmos a falar em participação, a ênfase se deslocará para os protocolos e práticas culturais (JENKINS, 2009: p. 52).

E completa o raciocínio sobre o desenvolvimento cultural em outra passagem:

O ideal da cidadania monitora depende do desenvolvimento de novas habilidades em colaboração e de uma nova ética de compartilhamento de conhecimento que nos permitirão deliberar juntos (JENKINS, 2009: p. 342).

Apesar de concordar com os autores anteriores, Canclini (2008) pontua que, embora a comunicação digital tenha multiplicado “os espaços e circuitos de acesso aos saberes e à formação cultural” (CANCLINI, 2008: p. 23-24), observa-se que “a intervenção de cidadãos não consegue mudar a centralização da organização da informação e a tomada de decisões” (CANCLINI, 2008: p. 29). Ou seja, ele ainda acredita em um sistema falho concentrado nas mãos de poucos, ligado, na maioria das vezes, ao poder político e econômico.

Olhando-se os comportamentos de massa do ponto de vista do mercado, parece que procuram desativar-nos: somos cada vez menos responsáveis, sem capacidade para intervir nos espetáculos de que desfrutamos ou na informação que selecionam para nós (CANCLINI, 2008: p. 28).

O que falta então para que essa ideia seja enfim uma realidade? Para colocarmos em prática um modelo de comunicação de fato social? Afinal, Canclini (2008) mesmo afirma, em seguida, que “a organização em redes possibilita exercer a cidadania para além do que a modernidade esclarecida e audiovisual fomentou para os eleitores, os leitores e os espectadores” (CANCLINI, 2008: p. 30).

Octavio Ianni (2003) também vai contra a lógica do mercado e empunha a bandeira de pluralizar e democratizar a mídia, além de defender a afirmação da diversidade da condição humana, quando pensa o desafio

de construir hegemonia alternativa, na qual se expressam as classes e os grupos sociais subalternos em luta para realizar sua vontade coletiva nacional-popular, alcançando a soberania (IANNI, 2003: p. 146).

Na mesma linha, segue Dênis de Moraes (2006), pontuando que a diversidade é a valorização em todas as instâncias, inclusive pela grande mídia, das manifestações culturais entre povos distintos. A tônica inovadora fica por conta de políticas públicas contra os oligopólios:

Diversidade pressupõe revitalizar manifestações do contraditório, confrontar pontos de vista, debater as intersecções entre progresso, técnicas e tecnologias. Diversidade se assegura com intercâmbio e cooperação horizontal entre as culturas dos povos, cidades e países, E, principalmente, com políticas públicas que valorizem os direitos da cidadania e contribuam para deter a oligopolização da produção cultural, a começar por medidas de regulação, concessão e fiscalização, de universalização de acessos, de proteção do patrimônio cultural intangível e de apoio a usos comunitários e educativos das tecnologias (MORAES, 2006: p. 46).

A organização em redes permitiria uma fragmentação do poder a partir de diversos canais de comunicação, quebrando privilégios e fazendo ser público aquilo que é público. A democratização da mídia é a tentativa de ultrapassar criticamente o estabelecido e redistribuir os espaços a fim de que todos participem do processo comunicacional e tirem proveito de seus recursos.

O jornalismo online também se apresenta, em um primeiro olhar, como um potencial espaço de interação e colaboração – o leitor pode sugerir uma pauta, tecer comentários, publicar fotos e vídeos, participar, enfim, da notícia. Afinal, "os desenvolvimentos das

tecnologias das mídias modificaram as condições e as possibilidades da comunicação” (IANNI, 2003: p. 157). Será que isso é suficiente?

Ainda não se pode afirmar que haja consciência no uso e na recepção/fruição do conteúdo, porque a nova realidade colaborativa e segmentada possibilitada pela inclusão digital não direciona o usuário e, apesar da liberdade aparente, somos regulados por leis arbitrárias de empresas e grandes conglomerados que ainda ditam valores e sugerem ferramentas disponíveis, restringindo o uso da Internet. No entanto, isso não significa dizer que ela seja totalmente controlada nem tampouco livre, anárquica.

Seria papel primeiro dos meios contemporâneos de comunicação difundir toda sorte de ideias e representações, mas ainda há motivos ligados ao livre mercado que impedem o enfrentamento direto das organizações rígidas e tradicionais e seguimos reproduzindo modelos obsoletos.

As transformações tecnológicas da informação mostram-se francamente conservadoras das velhas estruturas do poder, embora possam aqui ou ali agilizar o que, dentro dos parâmetros liberais, se chamaria de ‘democratização’ (SODRÉ, 2002, p. 13).

Apesar das inovações e potenciais alternativas, o que parece predominar na comunicação da grande mídia ainda é a repetição de uma composição que privilegia a representação da visão do mercado e seus interesses e que minimiza, senão anula, qualquer possibilidade de participação na produção do conteúdo em termos efetivos, com resultados garantidos e abrangentes.

No entanto, tem-se observado demissões em massa de jornalistas das grandes redações e a falência dos modelos comunicacionais tradicionais – estruturados de forma centralizada, vertical e unidirecional, sinalizando um período de transição e incertezas sobre o futuro do jornalismo. Talvez seja tempo de reflexão e de concentrar o potencial de mão-de-obra profissional disponível para a implantação de uma comunicação ampla e descentralizada e seguir em direção à democratização midiática².

² Sobre o assunto, ver o texto ‘O Ficaralho’ do jornalista Bruno Torturra disponível em <http://cascadebesouro.com/2013/06/05/o-ficaralho/>

Novo sujeito, novo mundo

As características advindas das transformações sociais e culturais decorrentes da descentralização midiática e da nova configuração em rede como a experiência comum, o imaginário coletivo e acentuação do tempo presente, pedem a contextualização do fenômeno Internet na pós-modernidade. A intenção é apresentar um quadro geral, lembrando seu histórico e apontando algumas de suas características mais marcantes, embora se reconheça a diversidade de situações e contextos que não permitem tratá-la como onipresente e inquestionável.

Após a Revolução Industrial, quando o velho mundo buscava novos mercados de consumo, vislumbrou-se a possibilidade de uma sociedade global. No entanto, as visões de mundo pré-existentes e minoritárias não poderiam ser meramente suprimidas, com o risco de perda de consumidores potenciais para o sistema capitalista. Assim, a emergência da pós-modernidade, com seu caráter policultural e de rede de hiperinformação, está estritamente relacionada ao nascimento desta nova fase do capitalismo avançado, multinacional e de consumo.

Em sua origem, o pós-modernismo significou a perda da historicidade e o fim da "grande narrativa" - a história parece ter perdido seu sentido linear, dando a sensação de que não existe mais passado ou futuro bem estabelecidos, a realidade se fragmenta numa série de presentes perpétuos, subjetivos e inconsistentes; os paradigmas se desmantelaram, foram suprimidos ou, melhor dizer, foram pulverizados.

É como diz Octavio Ianni (2003):

Esse pode ser o palco da pós-modernidade, onde parecem dissolver-se o espaço e o tempo, a história e a memória, a lembrança e o esquecimento, as façanhas e as derrotas, as ideologias e as utopias. Tudo está navegando no presente presentificado, petrificado. Aí parece predominar a multiplicidade, descontinuidade, fragmentação, simulacro, desconstrução; como em uma festa caleidoscópica e babélica permanente (IANNI, 2003: p. 160).

A ausência de valores e verdades universais, além de pontos de referência constantes que sirvam de alicerce à "realidade" e ao fluxo de códigos utilizados por sujeitos ativos podem levar à sensação do "deserto pós-moderno", em que a oferta excessiva de bens simbólicos seria propícia a desordens culturais, implodindo fronteiras identitárias pretensamente estáveis.

Ainda que organizados em uma sociedade em rede, o que poderia dar a noção de unidade e pertença, somos conduzidos por um estado de características anarquistas e compartilhamos

o sintoma de fragmentação e conseqüente caos da vida cotidiana, que influenciam nossas relações, tornando-as episódicas, superficiais, produtos da criação de vínculos frágeis, instáveis e ficcionais.

O pós-moderno estimula novos modos de pensar o mundo e favorece o surgimento de sujeitos de mentes fendidas, conferindo à pessoa uma sensação de estilhaçamento e desagregação em si e em suas relações com o próximo, mas também favorece, por outro lado, a comunicação generalizada das culturas e a multiplicação das possibilidades de um “estar-juntos”.

As mudanças sociais decorrentes dos novos meios de produção redesenham, pois, o cenário da pós-modernidade, interferindo nas relações interpessoais e naquelas do indivíduo com o seu meio, bem como alteram a comunicação.

Neste contexto da cultura contemporânea há que se sublinhar a importância da tecnologia, já que toda forma da sociedade está pautada, em maior ou menor escala, no fato de que “a relação do sujeito humano com a realidade passa hoje predominantemente pela tecnologia... Dá-se aqui uma verdadeira mutação antropológica em que se alteram os modos de perceber a constituição psíquica e as formas lógicas do humano” (SODRÉ, 2002: p. 96).

Na mesma direção segue Dênis de Moraes (2006) quando explica a necessidade voraz da sociedade em requerer a atualização ininterrupta da existência por meio das tecnologias e o conseqüente volume de informação acumulado em nosso dia a dia.

O modelo cultural que se instala busca cada vez mais abarcar as diferenças ao mesmo tempo em que procura destacar as singularidades, isso porque o global não trata da homogeneização, mas permite, a fim de pontuar o desenvolvimento, que a criatividade de todas as nações seja aproveitada e coexista sincronicamente. Estes são, portanto, alguns dos traços marcantes do incipiente quadro cultural a ser discutido a seguir com a recuperação de autores já trabalhados nos tópicos anteriores e a apresentação de outras correntes de pensamento que complementarão o debate proposto.

Em tempos de globalização, em que parece haver uma unificação das regras e sistemas pelo alinhamento de interesses e pela aproximação das relações, na tentativa de enquadrar blocos desconexos em um emaranhado unilateral e passível de ser compartilhado, acessado e alterado por qualquer um, independente de sua posição no tempo e no espaço, urge a busca pela singularidade enquanto também se observa a preocupação com a manutenção da diversidade.

Sobre a aparente justaposição do mundo e o acesso facilitado a fatos e dados favorecido pela rede, Castells (1999) destaca:

[...] o que permanece das origens contraculturais da rede é a informalidade e a capacidade auto-reguladora de comunicação, a idéia de que muitos contribuem para muitos, mas cada um tem a própria voz e espera uma resposta individualizada (CASTELLS, 1999: p. 441).

Muniz Sodré (2006) destaca os fenômenos midiáticos como os responsáveis pelo surgimento de novos sujeitos, preocupados com a singularidade e buscando pela “afirmação da diferença”, já que alteram a natureza do espaço público e, por conseguinte, alteram a cultura e a sociedade. Portanto, a midiaticização implicaria em “[...] um novo modo de presença do sujeito no mundo” (SODRÉ, 2006: p. 22).

Cada vez mais, é comum a união de indivíduos com interesses similares em grupos, forma organizada para fazer valer seus direitos, seja por meio de protestos com cunho político ou por meio de intervenções culturais para promover um bem à sociedade – o que também é um ato político.

Sendo assim, ainda segundo ele, as diferenças responsáveis pela categorização de pessoas afins em grupos distintos são guiadas por uma moral, que se apresenta “como um paradigma de regras e pontos de vista ou como um conjunto sistemático de normas do foro interior, com o qual se identificam grupos e indivíduos” (SODRÉ, 2006: p. 27); ou seja, a singularidade individual expressa através de um grupo, que utiliza a mídia para obter reconhecimento dentro da sociedade, uma vez que pretendem “chamar a atenção, atrair e manter sobre si mesmo o olhar do outro, converter-se em valor moral” (SODRÉ, 2006: p. 28).

Neste cenário, Douglas Kellner (2006) apresenta o conceito da “tecnocultura”, destacando a contribuição da mídia no desenvolvimento das identidades e faz isso criticamente em relação ao capital e ao consumo, já que ser “modelado” é ser formatado, controlado, criado e recriado:

A cultura da mídia não aborda apenas grandes momentos da experiência contemporânea, mas também oferece material para fantasia e sonho, modelando pensamento e comportamento, assim como construindo identidades (KELLNER, 2006: p. 119).

A mídia, portanto, não é tão somente o espelho da sociedade, mas responsável por alterar e moldar tendências, vontades, comportamentos, enfim, culturas. Sua influência é viral, uma vez que conecta pessoas e lugares em rede, em um mundo globalizado: “[...] vivemos em uma sociedade de infoentretenimento cada vez mais expansiva, uma economia interligada em rede e uma nova tecnocultura da Internet” (KELLNER, 2006: p. 144). E, ainda, esta nova cultura,

baseada em redes, configura uma nova sociedade que se expande e se modifica à medida em que a tecnologia se desenvolve.

Já Matellart (2006) discute as tentativas organizadas pela comunidade internacional em preservar a diversidade cultural e defende a viabilização e manutenção de um sistema comunicacional que englobe a todos, disponibilizando fontes diferentes de informação, múltiplas propriedades dos meios e dos modos de acesso às mídias a fim de assegurar “que os pontos de vista de todos os setores e grupos da sociedade possam ser entendidos” (MATELLART, 2006: p. 239).

Ainda de acordo com o autor, os processos implicam, entretanto, na tomada de consciência sobre a importância dos meios de comunicação no exercício do poder político e no reconhecimento da participação dos grupos, de diferentes culturas, nas estratégias de mudança social. Todo esse processo é complexo, pois exige uma ruptura do velho pensamento hegemônico estruturalista que defende a ideia do sujeito intelectual como proprietário exclusivo do saber, as fontes oficiais.

Canclini (2008) pontua que a grande causa de assombro hoje é o fato de que toda diversidade, de uma mesma sociedade ou distante, esteja aproximada pela conectividade e influenciada pelas redes, o que gera mudanças de paradigmas, inclusive, nos modos de sentir/relacionar.

O autor segue o entendimento de Castells (1999) em relação à Internet quando disse que, em um movimento aparentemente contrário ao caos e à fragmentação das relações pós-modernas, a rede trabalharia a fim de garantir “proximidade” às pessoas, recebendo-as em uma nova comunidade:

[...] a Internet pode contribuir para a expansão dos vínculos sociais numa sociedade que parece estar passando por uma rápida individualização e uma ruptura cívica (CASTELLS, 1999: p. 445).

O conceito de “tecnosocialidade” considera que os recursos de comunicação sem fio não são apenas ferramentas, mas, sim, “contextos, condições ambientais que tornam possíveis novas maneiras de ser, novas cadeias de valores e novas sensibilidades sobre o tempo, o espaço e os acontecimentos culturais” (CASTELLS e outros, 2007: p. 226), já que na rede tudo é provisório, parcial, efêmero e inacabado, em um reflexo do que acontece na pós-modernidade. Para acompanhar tais transformações e se situar neste novo contexto, Eagleton (2005) pontua:

Todo um novo tipo de ser humano era necessário para essa nova ordem política, com órgãos sensoriais e hábitos corporais modificados, um diferente tipo de memória e um novo conjunto de motivações. E prover isso era tarefa da cultura (EAGLETON, 2005: p. 76).

A convergência digital não altera, portanto, apenas as regras de interação indivíduo/rede, a partir do processo desencadeado pelas tecnologias que "agilizam, intensificam e generalizam as articulações, as integrações, as tensões, os antagonismos, as fragmentações e as mudanças socioculturais e político-econômicas" (IANNI, 2003: p. 144), mas também é responsável por reorganizar "os modos de acesso aos bens culturais e às formas de comunicação" (CANCLINI, 2008: p. 33).

É preciso refletir sobre as inovações tecnológicas e as alterações que desencadeiam nos sistemas comunicacionais e refletem, conseqüentemente, no modo de vida das pessoas, uma vez que "as idéias culturais mudam com o mundo sobre o qual refletem" (EAGLETON, 2005: p. 43). Eis o momento da liberdade da criação, de quebrar e refazer as molduras do nosso pensar:

O pós-modernismo nos exorta a reconhecer que não perderemos nada com o desmoronamento dos alicerces, exceto nossas correntes. Agora podemos fazer o que queremos sem ter que ficar empurrando toda uma bagagem metafísica pesada e desajeitada a fim de nos justificarmos. Tendo despachado nossa bagagem, liberamos nossas mãos (EAGLETON, 2005: p. 90).

Direcionar esta força da rede de integrar ao mesmo tempo em que partilha para o bem comum é o grande desafio de nossos dias. Para olhar para a convergência digital e sugerir mudanças, deve-se assumir um complexo e diferente panorama cultural – "um novo mapa do mundo" (IANNI, 2003) - que aproxima e interliga o heterogêneo através da portabilidade cultural.

O destaque fica para a pré-disposição destes novos sujeitos a criar colaborativamente uma outra estrutura de poder com o auxílio do enorme potencial transformador das redes e seu caráter instrumental para movimentos críticos e ações criativas, sobretudo como espaço de divulgação de informações e organização de grupos articulados por interesses afins³.

³ Vide as recentes manifestações contra o aumento das tarifas do transporte público desencadeadas após convocação do Movimento Passe Livre. Leitura recomendada - 'O que acordou o gigante' de Ana Carolina Amaral para o EcoDebate, disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2013/06/20/o-que-acordou-o-gigante-por-ana-carolina-amaral/> e conferir o anexo c) com a entrevista de Manuel Castells à IstoÉ Independente sobre os movimentos sociais iniciados na Internet.

Considerações finais

Por uma comunicação descentralizada é preciso adequar forma e conteúdo, mas antes ultrapassar fórmulas prontas que não dão conta da pluralidade dos fluxos informacionais e seus hibridismos. Por uma comunicação descentralizada é preciso abrir cada ponto (.) em possibilidades e conexões e combinações e divergências e coincidências e (...).

A necessidade em repensar o campo comunicacional segundo bases descentralizadoras, horizontais e plurais levou-nos a considerar a proposta da aplicação dos conceitos deleuzianos à nova realidade global introduzida pela existência em rede, transformada, sobretudo, com o ingresso das novas tecnologias, que alterou uma suposta linearidade ao permitir novas e ilimitadas combinações.

A ideia principal era destacar a visão de um campo aberto e criticar os determinismos implicados em uma sociedade baseada em dicotomias fixas e relações hierarquizadas, heranças do pensamento dominante ocidental cristalizado através das gerações, que pautou a geração de modelos correntes também na comunicação.

Entende-se que este modo de ser/estar no mundo surgiu com finalidade organizadora, para estruturar os sistemas e otimizar as conexões capitalistas e globalizadas, mas que não são suficientes para a leitura das multiplicidades e possibilidades aventadas com os recursos e as técnicas disponíveis em um novo ecossistema digital.

Não cabe mais à comunicação, portanto, os moldes de informação centrados no sistema de produção e distribuição unidirecional, de um para muitos. A tendência é tornar a geração de conteúdo horizontal a fim de que haja participação coletiva e, sobretudo, efetiva, convergindo não só os meios, mas as ideias em curso.

Foi notável a observação da disseminação de ferramentas e plataformas tecnológicas, quebrando a hegemonia das grandes redações e modificando os processos tradicionais, com a apropriação por grupos subalternos organizados em coletivos⁴ de um discurso plural, que altera a lógica e contribui com a horizontalização das mídias comunicacionais e a dispersão da informação em alta escala.

Tais transformações se devem a fatores como: 1. um sistema de redação hegemônica caracterizada pela verticalidade (gestão de processos, pessoas e recursos) passa a ser substituído paulatinamente por redes colaborativas, favorecendo os diálogos e trocas de informações, imprescindíveis para a construção do conhecimento; 2. a redação como forma de

⁴ Exemplificados em grupos como o 'NINJA', do Fora do Eixo; a revista 'Fórum' e o site 'Outras Palavras', ligado ao Le Monde Diplomatique.

centralização de produção de informação (redação, edição, impressão e sistema de distribuição) entra em crise e abre espaço para um modelo de redação virtual e um arranjo produtivo local descentralizado, que só funciona de forma colaborativa; e 3. os grupos passam de órgãos físicos para projetos móveis, já que as formas de conexão e as redes são intangíveis, imateriais.

Embora reconhecidas as transformações não-homogêneas introduzidas pelas novas tecnologias e as afetações consequentes na presença e atuação dos sujeitos no meio e entre si, não dá para negar as insistentes contradições resultantes da ainda soberana estrutura do poder hegemônico, que se infiltra nos processos nitidamente ou escamoteada, com a força de direcionar e inculcar seus interesses e moldar opiniões.

Sendo assim, partiu-se para a tentativa de considerar a democratização midiática, indicando uma ressignificação dos processos, mediante novas conexões e políticas públicas, já que as regras ditadas por uma supremacia formada por poucos “donos do poder” não representaria a imensa variedade de vozes, e atitudes, que percorrem a fluidez das mídias virtuais e se concretizam em novos atos políticos de reivindicações e mudanças.

Reforçamos a ideia de que esta nova comunidade de novos sujeitos inseridos em um novo mundo está pronta, e motivada, para criar de forma colaborativa e crítica os alicerces para uma nova estrutura de poder – de poder público, de fato; de comunicação social, de fato.

Contam, para isso, com o enorme potencial transformador da cultura contemporânea e o caráter instrumental das redes para criar, captar e gerir movimentos críticos e incentivar ações criativas, sobretudo como espaço de divulgação de informações e organização de grupos articulados por interesses afins.

As mudanças estão em curso e as alterações ainda não são suficientes. A interferência de usuários ativos deve ultrapassar a conectividade indistinta e direcionar as forças para o bem comum, para a construção. Que segue em andamento.

Referências bibliográficas

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel e outros. *Comunicación móvil y sociedad: uma perspectiva global*. Espanha: Ariel-Fundación Telefónica, 2007.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Leitores, espectadores e internautas*. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia*. Volume 1. São Paulo: 34. 1995.
- EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Tradução de Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- IANNI, Octavio. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência: a colisão entre os velhos e os novos meios de comunicação*. Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2009.
- KELLNER, Douglas. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: MORAES, Dênis de (Org.). *A sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- MATTELART, Armand. Para que "nova ordem mundial da informação"? In: MORAES, Dênis de (Org.). *A sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- MORAES, Dênis de. A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática. In: MORAES, Dênis de (Org.). *A sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- SALIBA, Elias Thomé. *Mentalidades ou história sociocultural: a busca de um eixo teórico para o conhecimento histórico*. In: Revista Margem. Nº1. São Paulo: EDUC, 1992.
- SILVA, Laura Belluzzo de Campos. *Três questões sobre as psicoses: uma leitura de O Anti-Édipo*. *Mental*, Barbacena, v. 3, n. 4, jun. 2005.

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272005000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 mar. 2013.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. Eticidade, Campo comunicacional e Mídiação. In: _____. *A sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.